

Sustentabilidade e meio ambiente: Rumos e estratégias para o futuro

Pedro Henrique Abreu Moura
Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro
(Organizadores)

**Atena**
Editora
Ano 2021



Sustentabilidade e meio ambiente: Rumos e estratégias para o futuro

Pedro Henrique Abreu Moura
Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia

Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Sustentabilidade e meio ambiente: rumos e estratégias para o futuro

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Pedro Henrique Abreu Moura
Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S964 Sustentabilidade e meio ambiente: rumos e estratégias para o futuro / Organizadores Pedro Henrique Abreu Moura, Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-558-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.584210410>

1. Sustentabilidade. 2. Meio ambiente. I. Moura, Pedro Henrique Abreu (Organizador). II. Monteiro, Vanessa da Fontoura Custódio (Organizadora). III. Título.

CDD 363.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A preservação dos recursos naturais e a equidade social juntamente com o crescimento econômico constituem os pilares do desenvolvimento sustentável, que assegura o futuro do nosso planeta. Não há como pensar em desenvolvimento sem que haja um cuidado com o que vamos deixar para as futuras gerações. Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deve ser feita pelo Estado e também por todos os cidadãos.

Os impactos ambientais e sociais negativos decorrentes dos avanços que marcam o mundo contemporâneo são visíveis nos centros urbanos e também em áreas rurais e naturais. O aumento da desigualdade social, perda de biodiversidade, consumo inconsciente, poluição atmosférica, do solo e dos recursos hídricos são exemplos de impactos presentes em nosso dia a dia que precisam ser evitados e mitigados.

A fim de que o desenvolvimento aconteça de forma sustentável, é fundamental o investimento em Ciência e Tecnologia através de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, pois além de promoverem soluções inovadoras, contribuem para a construção de políticas públicas.

Com o objetivo de reunir pesquisas nesta temática, a obra *“Sustentabilidade e meio ambiente: rumos e estratégias para o futuro”* traz resultados de trabalhos desenvolvidos no Brasil e em outros países nas áreas de Direito Ambiental, Ciências Ambientais, Ciências Agrárias e Educação.

Desejamos a todos uma ótima leitura dos capítulos, e que os assuntos abordados possam contribuir e orientar sobre a importância da sustentabilidade.

Pedro Henrique Abreu Moura
Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

Ashley Natasha Alves dos Santos

Juliano Ralo Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5842104101>

CAPÍTULO 2..... 18

AS AÇÕES PARA OBTENÇÃO DO ICMS ECOLÓGICO EM UM MUNICÍPIO PIAUIENSE: A TRAJETÓRIA DE PIRIPIRI


Marcos Antônio Cavalcante de Oliveira Júnior

Laíse do Nascimento Silva

Raul Luiz Sousa Silva

Linnik Israel Lima Teixeira

Elane dos Santos Silva Barroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5842104102>

CAPÍTULO 3..... 37

UMA PROPOSTA DE INDICADORES AMBIENTAIS PARA ARMAZÉM VERDE


Rodrigo Rodrigues de Freitas

Tassia Faria de Assis

Mariane Gonzalez da Costa

Isabela Rocha Pombo Lessi de Almeida

Márcio de Almeida D'Agosto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5842104103>

CAPÍTULO 4..... 52

COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS NO FEDERALISMO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO

Viviane Kraieski de Assunção

Santos Pedroso Filho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5842104104>

CAPÍTULO 5..... 69

O LIVRE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE ECONÔMICA NO CONTEXTO DE RESPEITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Heverton Lopes Rezende

Daniel Barile da Silveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5842104105>

CAPÍTULO 6..... 84

PERCEÇÕES DOS RESIDENTES DA VILA DE RIBÁUÈ NA PROVÍNCIA DE NAMPULA (MOÇAMBIQUE) EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(PNDS) “*UM DISTRITO, UM BANCO*” (2016-2021)

Viegas Wirssone Nhenge


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5842104106>

CAPÍTULO 7..... 113

O USO DA BICICLETA COMO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL DE MOBILIDADE POR ESTUDANTES DA ÁREA METROPOLITANA DE GUADALAJARA

Ulises Osbaldo de la Cruz Guzmán

Brenda Alejandra Ibarra Molina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5842104107>


CAPÍTULO 8..... 129

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA COMO INDICADOR DE ECOEFICIÊNCIA DO HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Andrea Colman Gerber

Jocelito Saccol de Sá

Marcos Vinícius Sias da Silveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5842104108>

CAPÍTULO 9..... 142

ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA NO IFBA - CAMPUS SALVADOR: AVALIANDO A EFICIENCIA NO SISTEMA CARPORT

Armando Hirohumi Tanimoto

Breno Villas Boas de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5842104109>


CAPÍTULO 10..... 149

DESIGN URBANO: A INSERÇÃO DAS CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

Cristiane Silva

Romualdo Theophanes de França Júnior

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041010>


CAPÍTULO 11..... 155

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PROFESSORES INDÍGENAS: PERCEPÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS DA TERRA INDÍGENA APIAKÁ-KAYABI EM JUARA/MT

Rosalia de Aguiar Araújo

Saulo Augusto de Moraes

José Guilherme de Araújo Filho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041011>

CAPÍTULO 12..... 164

APLICAÇÃO DAS ROTAS TECNOLÓGICAS COMO MÉTODO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TECNOLÓGICA NOS INSTITUTOS DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA FOCADOS EM QUIMICA E MEIO AMBIENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO RIO DE

JANEIRO NO BRASIL

Carla Santos de Souza Giordano
Joana da Fonseca Rosa Ribeiro
Andressa Oliveira Costa de Jesus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041012>

CAPÍTULO 13..... 175

REGIME PLUVIOMÉTRICO NO SERTÃO DO ARARIPE – PE


Juliana Melo da Silva
Fábio dos Santos Santiago
Ricardo Menezes Blackburn
Maria Clara Correia Dias
Dayane das Neves Maurício

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041013>

CAPÍTULO 14..... 184

SITUAÇÃO AMBIENTAL DO IGARAPÉ FAVELINHA: UMA ANÁLISE SOBRE DESPEJO IRREGULAR DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE CAPITÃO POÇO – PA


Patrícia de Cassia Moraes de Oliveira
Pedro Júlio Albuquerque Neto
Maria Joseane Marques de Lima
Iago Almeida Ribeiro
Lídia da Silva Amaral
Washington Duarte Silva da Silva
Edianel Moraes de Oliveira
Beatriz Caxias Pinheiro
Marcos Douglas de Sousa Silva
Maria Ciarly Moreira Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041014>

CAPÍTULO 15..... 197

EFICIÊNCIA DA MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS PERMEÁVEIS PELO MÉTODO DE ASPERSÃO DE ALTA PRESSÃO DE ÁGUA – RESULTADOS PRELIMINARES

Lucas Alves Lamberti
Daniel Gustavo Allasia Piccilli
Tatiana Cureau Cervo
Bruna Minetto
Carla Fernanda Perius
Jonathan Rehbein dos Santos
João Pedro Paludo Bocchi
Jéssica Ribeiro Fontoura


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041015>

CAPÍTULO 16..... 206

PROCESSOS DE GESTÃO SOCIAL E PARTICIPATIVA DO RISCO PARA MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM COMUNIDADES URBANAS

Larissa Thainá Schmitt Azevedo

Jakcemara Caprario
Nívea Morena Gonçalves Miranda
Alexandra Rodrigues Finotti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041016>

CAPÍTULO 17.....218

INFLUÊNCIA DA OPERAÇÃO CAPTAÇÃO-DEMANDA NA EFICIÊNCIA DE RESERVATÓRIOS DE APROVEITAMENTO DE ÁGUA DA CHUVA


Carla Fernanda Perius
Rutineia Tassi
Lucas Alves Lamberti
Bibiana Bulé
Cristiano Gabriel Persch
Daniel Gustavo Allasia Piccilli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041017>

CAPÍTULO 18.....229

ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS DO SUL DE ALAGOAS, BRASIL: AÇÕES PARA SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL


Alexandre Oliveira
Maria Carolina Lima Farias
Beatriz Alves Ribeiro
Milena Dutra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041018>

CAPÍTULO 19.....243

ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES DA TURBIDEZ NO RIO ITABIRITO NO ÂMBITO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS


Jeam Marcel Pinto de Alcântara
Euclides Dayvid Alves Brandão
Roberto César de Almeida Monte-Mor

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041019>

CAPÍTULO 20.....252

O DESEQUILÍBRIO AMBIENTAL NA EXPANSÃO DE DOENÇAS TRANSMITIDAS PELO *Aedes aegypti* L. (DIPTERA: CULICIDAE)

Cícero dos Santos Leandro
Francisco Roberto de Azevedo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041020>

CAPÍTULO 21.....264

INFLUÊNCIA DE UM AMBIENTE SERRANO NA COMPOSIÇÃO DE ANUROS NO PANTANAL NORTE, CENTRO-OESTE DO BRASIL

Vancleber Divino Silva-Alves
Odair Diogo da Silva
Ana Paula Dalbem Barbosa
Thatiane Martins da Costa

Cleidiane Prado Alves da Silva
Eder Correa Fermiano
Mariany de Fatima Rocha Seba
Dionei José da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041021>

CAPÍTULO 22.....268

CARACTERIZAÇÃO DO REGIME PLUVIOMÉTRICO EM MUNICÍPIOS NO SERTÃO DO PAJEÚ – PERNAMBUCO


Juliana Melo da Silva
Fábio dos Santos Santiago
Ricardo Menezes Blackburn
Maria Clara Correia Dias
Dayane das Neves Maurício

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041022>

CAPÍTULO 23.....278

NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DO VALE DO ARAGUAIA: INTERAÇÃO PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO


Daisy Rickli Binde
João Luis Binde

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041023>

CAPÍTULO 24.....300

IMPACTO DEL PRIMER CICLO DE CORTA DEL MANEJO FORESTAL EN FELIPE CARILLO PUERTO, MÉXICO


Zazil Ha Mucui Kac García Trujillo
Jorge Antonio Torres Pérez
Martha Alicia Cazares Moran
Alicia Avitia Deras
Cecilia Loria Tzab



 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041024>

CAPÍTULO 25.....309

RESPOSTA FUNCIONAL EM INIMIGOS NATURAIS E SUA APLICAÇÃO NO MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS

Milena Larissa Gonçalves Santana
Valeria Wanderley Teixeira
Carolina Arruda Guedes
Glaucilane dos Santos Cruz
Camila Santos Teixeira
Álvaro Aguiar Coelho Teixeira
José Wagner da Silva Melo
Solange Maria de França

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041025>

CAPÍTULO 26.....	319
PROCESSO DE SELEÇÃO DE HOSPEDEIRO E FATORES QUE INFLUÊNCIAM NO SUCESSO DO PARASITISMO DE <i>Trichogramma</i> spp. (HYMENOPTERA: TRICHOGRAMMATIDAE)	
Camila Santos Teixeira	
Valeria Wanderley Teixeira	
Álvaro Aguiar Coelho Teixeira	
Carolina Arruda Guedes	
Glaucilane dos Santos Cruz	
Catiane Oliveira Souza	
Milena Larissa Gonçalves Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041026	
CAPÍTULO 27.....	328
MICROBIOTA, OCRATOXINA E NÍVEIS DE TRANS-RESVERATROL EM UVAS ORGÂNICAS	
Josemara Alves Apolinário	
Christiane Ceriani Aparecido	
Andrea Dantas de Souza	
Joana D'arc Felício	
Roberto Carlos Felício	
Edlayne Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041027	
CAPÍTULO 28.....	340
AVEIA PRETA (<i>Avena strigosa</i> , Schreb) CULTIVADA EM SOLO CONTAMINADO COM CHUMBO	
Wanderley José de Melo	
Gabriel Maurício Peruca de Melo	
Liandra Maria Abaker Bertipaglia	
Paulo Henrique Moura Dian	
Käthery Brennecke	
Jackeline Silva de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.58421041028	
SOBRE OS ORGANIZADORES	350
ÍNDICE REMISSIVO.....	351

PERCEPÇÕES DOS RESIDENTES DA VILA DE RIBÁUÈ NA PROVÍNCIA DE NAMPULA (MOÇAMBIQUE) EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PNDS) “*UM DISTRITO, UM BANCO*” (2016-2021)

Data de aceite: 27/09/2021

Viegas Wirssone Nhenge

Economista e Docente Universitário
Faculdade de Educação e Comunicação
Universidade Católica de Moçambique
Nampula – Moçambique-África

RESUMO: Com o presente artigo pretendemos avaliar percepções dos residentes da Vila de Ribáuè, Província de Nampula (Moçambique) em relação ao desenvolvimento económico local através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS), concretamente o projecto denominado por *Um Distrito, Um Banco*. *Um Distrito, Um Banco* é um programa de iniciativa presidencial, criado no ano de 2016, com objectivo principal de responder os desafios de subdesenvolvimento nas zonas rurais, onde a maior parte da população dedica-se à actividade agrícola e ao comércio informal. Na sua maioria, o programa *Um Distrito, Um Banco* tem sido implantado nas Sedes distritais, como é o caso da Vila de Ribáuè que é a capital do Distrito com o mesmo nome, localizada na Província nortenha de Nampula, em Moçambique. Em termos metodológicos, para este artigo optamos pelo paradigma misto ou multimétodo que resulta da combinação das abordagens qualitativa e quantitativa. Quanto ao procedimento, trata-se da Pesquisa documental e bibliográfica. Quanto aos objectivos, a presente pesquisa é exploratória e descritiva. No que diz respeito ao método, para este estudo optamos pelo método

indutivo. Como técnica e instrumento de recolha de dados, optamos pela revisão da literatura, análise documental, inquérito por entrevista semi-estruturada e observação. Depois de realizarmos a pesquisa constatamos que há posicionamentos diferentes em torno do programa *Um Distrito, Um Banco*. Um grupo entende que o programa não é abrangente pois, o grupo privilegiado é dos funcionários públicos, aqueles que possuem uma renda mensal que serve de colateral ou garantia no acto da contração do crédito. Um outro grupo, entende que o programa tem vindo a ajudar a comunidade local pois, os que se beneficiam do produto têm contribuído no desenvolvimento socioeconómico da Vila pois, com o crédito implantam bens e serviços tais como pequenos hotéis, pensões, restaurantes e bares, farmácias, indústrias de micro-processamento agrícola, postos de abastecimento de combustíveis, meios de transporte, entre outros. A população moçambicana encontra-se no limiar da pobreza, pelo que somos de opinião que sejam adoptadas políticas de desenvolvimento económico viradas para as potencialidades, habilidades locais e na capacidade dos clientes potenciais, sendo que urge a necessidade de redefinir o pacote do programa *Um Distrito, Um Banco* com vista a flexibilizar o próprio processo assim como, permitir a inclusão financeira a todos os cidadãos interessados.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento económico; PNDS; Programa *Um Distrito, Um Banco*.

ABSTRACT: With this article we intend to assess the perceptions of residents of Ribáuè city,

Nampula Province (Mozambique) about the local economic development through the National Sustainable Development Program (PNDS), specifically the project called *Um Distrito, Um Banco (One District, One Bank)*. *One District, One Bank* is a presidential initiative program, created in 2016, with the main objective of responding to the challenges of underdevelopment in rural areas, where the majority of the population is engaged in agricultural activity and informal trade. The majority of the *One District, One Bank* program has been implemented in district headquarters, such as Vila de Ribáuè which is the capital of the District with the same name, located in the northern province of Nampula, in Mozambique. In methodological terms, for this article we opted for the mixed or multi-method paradigm that results from the combination of qualitative and quantitative approaches. As for the procedure, it is a documental and bibliographic research. As for the objectives, this research is exploratory and descriptive. With regard to the method, for this study we chose the inductive method. As a technique and instrument for data collection, we chose to review the literature, document analysis, survey by semi-structured interview and observation. After conducting the survey, we found that there are different positions around the *One District, One Bank* program. One group understands that the program is not comprehensive because the privileged group is civil servants, those who have a monthly income that serves as collateral or guarantee in the act of contracting credit. Another group understands that the program has been helping the local community as those who benefit from the product have contributed to the socioeconomic development of the village as, with credit, they deploy goods and services such as small hotels, restaurants and bars, pharmacies, agricultural micro-processing industries, fuel stations, means of transport, among others. The Mozambican population is on the verge of poverty, so we are of the opinion that economic development policies should be adopted aimed at the potential, local skills and capacity of potential clients, and there is an urgent need to redefine the *One District, One Bank* program. A Bank with a view to making the process more flexible as well as enabling financial inclusion for all interested citizens.

KEYWORDS: Economic development; PNDS; One District; One Bank.

1 | INTRODUÇÃO

Na perspectiva da origem da sua soberania, Moçambique é um país “jovem”, considerando que conquistou sua independência política e administrativa só a 25 de Junho de 1975. Desde a independência, Moçambique tem vindo a implementar programas que visam o desenvolvimento das comunidades, com particular destaque para as comunidades rurais, onde é epicentro da pobreza. Dentre estes programas, alguns logram sucesso e outros, nem tanto.

Depois de uma leitura aturada, constatamos que as principais causas do insucesso destes programas estão relacionadas com as guerras, corrupção, fraca formação e capacidade técnico-profissional, exiguidade de recursos materiais e financeiros, falta de experiência das pessoas envolvidas no processo, entre outros. Neste artigo, o nosso foco vai para o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS), mais concretamente do Programa *Um Distrito, Um Banco*, que foi implementado no distrito de Ribáuè, Distrito

do mesmo nome, na província de Nampula.

No âmbito do PNDS, em 2016, o governo moçambicano lançou o Programa *Um Distrito, Um Banco*, cujo objectivo principal era alavancar e promover a economia das comunidades rurais e criar condições para o seu desenvolvimento socioeconómico nacional através da bancarização dos Distritos do país, onde julga-se ser o polo de desenvolvimento, uma vez que aqueles territórios são ricos em recursos naturais. Nesta óptica, as comunidades rurais tinham que ter acesso facilitado na concessão dos créditos bancários para financiamento dos seus projectos.

Depois da decisão tomada, assistimos à inauguração massiva de diversas agências bancárias em quase todos os Distritos do país e tudo leva a crer que a iniciativa presidencial é muito boa e provavelmente seria desta vez que as comunidades rurais teriam uma oportunidade de melhoria da qualidade de vida.

Só que há um facto curioso neste programa que julgamos ser um paradoxo. Em nenhum momento assistimos à inauguração de alguma agência bancária do Estado pois, as referidas agências bancárias que integram o tal programa são balcões dos principais bancos da praça, nomeadamente o Banco Comercial de Investimento (BCI), o Standard Bank, Moza Banco e o Banco Internacional de Moçambique (BIM). Pelas razões que invocamos anteriormente, para esta pesquisa levantamos a seguinte questão de partida: ***Quais são as percepções dos habitantes que residem na Vila de Ribáuè em relação ao desenvolvimento económico local através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) “Um Distrito, Um Banco”?***

Para respondermos à pergunta de partida que levantamos, intentamos duas hipóteses que respondem ao problema conforme se pode observar mais abaixo:

Hipótese 0 (H_0): *Os habitantes que residem na Vila de Ribáuè entendem que o PNDS Um distrito, Um Banco, contribui no desenvolvimento económico local;*

Hipótese 1 (H_1): *Embora se diga que o PNDS Um Distrito, um Banco tenha o propósito de desenvolver a comunidade local, a sua implementação na Vila de Ribáuè não contribui para o desenvolvimento económico local.*

Lakatos e Marconi (2002) argumentam que, “Toda a pesquisa deve ter um objectivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar” (p. 24). Partindo desses pontos de vista dos autores acima, nesta pesquisa, o objectivo geral é avaliar percepções dos habitantes da Vila de Ribáuè em torno do desenvolvimento económico local resultante do PNDS *Um Distrito, Um Banco* (2016-2020).

Para respondermos o objectivo geral, formulamos três objectivos específicos como descrever o desenvolvimento económico local resultante do PNS em Moçambique; identificar programas ou projectos de desenvolvimento económico adoptados em Moçambique entre 2016-2020 e aferir percepções dos habitantes da Vila de Ribáuè em relação o contributo do PNDS *Um Distrito, Um Banco*.

A opção deste tema foi devido a três razões fundamentais: primeiro, o proponente

é cidadão moçambicano e tem vindo a acompanhar atentamente os problemas ligados à pobreza das comunidades rurais e as ações e estratégias que o governo toma para mitigar esta situação. Segundo, de ordem académica e científica. O autor é economista, sendo assim um dever científico e de cidadania, contribuir no encontro de soluções de problemas económicos do país. Acto contínuo, as dinâmicas económicas e sociais do povo moçambicano e a forma como se tem criado políticas/programas para minimizar externalidades negativas que apoquentam as populações e sobretudo, as comunidades rurais têm deixado muito a desejar na medida em que, alguns programas são implementados e nunca surtem efeitos desejados depois de ter sido despendidos elevados recursos materiais e financeiros. Em terceiro lugar, a escolha do período 2016-2020 deve-se ao facto de ter sido o período em que o governo moçambicano concebeu e introduziu o PNDS *Um Distrito, Um Banco* e ao mesmo tempo, operacionalizou-o com o objectivo de alavancar a economia das zonas rurais em Moçambique através da bancarização.

Escolhemos a Vila de Ribáuè por ter sido um dos locais abrangidos com este programa durante o período de sua vigência e inclusive, no âmbito do PNDS já foi instalado um balcão do Standard Bank, por um lado. Por outro, a Vila de Ribáuè está no lote das chamadas vilas do futuro e a introdução desse programa pode constituir uma rampa de lançamento para o seu desenvolvimento económico.

Por fim, como não tivemos nenhum estudo que tenha avaliado o programa, julgamos este estudo ser pertinente, uma vez que sendo um tema actual, permitirá aos interessados saberem dos reais resultados e eficácia do PNDS em curso em Moçambique, particularmente do programa *Um Distrito, Um Banco*.

Em termos metodológicos, para este artigo optamos pelo paradigma misto ou multimétodo pois, para o tipo de estudo que desenvolvemos julgamos ser mais adequado a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa. Como refere Johnson, et al. (2007, p.112) a metodologia de pesquisa mista “está cada vez mais articulada”. As pesquisas do modelo multimétodo (Pedro, 2010), reconhecem que nenhuma das abordagens possui uma verdade absoluta e quando combinadas podem trazer resultados muito mais aprofundados, fiáveis e assertivos. De facto, querendo concordar com o autor acima, esse tipo de modelo possui, na sua essência, características da abordagem pragmática, que defende o uso de técnicas múltiplas para recolher, analisar os dados e entender a realidade.

Quanto ao procedimento trata-se da:

- **Pesquisa documental:** para complementar a revisão bibliográfica, como dados, usamos jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais que retratam do PNDS. A pesquisa documental recorre as fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico ou científico (Fonseca, 2002);
- **Pesquisa bibliográfica:** usamos referências bibliográficas científicas e credíveis como manuais, artigos científicos, revistas e documentos oficiais do governo. A pesquisa bibliográfica consiste na etapa inicial de todo o trabalho científico

ou académico, com o objectivo de reunir informações e dados que servirão de base para a construção da investigação proposta a partir de determinado tema (Fonseca, 2002).

Quanto aos objectivos, a presente pesquisa é exploratória e descritiva. É exploratória porque permitiu-nos obter explicação dos fenómenos que inicialmente não foram pesquisados, mesmo com as evidências apresentadas, além de descobrir novos fenómenos e formular novas ideias e hipóteses. Pesquisa exploratória é aplicada de maneira que o pesquisador tenha uma maior proximidade com o universo do objecto de estudo e que oferece informações e orienta a formulação das hipóteses da pesquisa (Gil, 2019a). De igual modo, a pesquisa é descritiva, pois realizamos um estudo mais detalhado, com levantamento, análise e interpretação de dados a volta do tema através da interação entre o pesquisador e os pesquisados. O pesquisador deve trabalhar como observador, mantendo-se distante do objecto de estudo, para que não influencie nos resultados obtidos (Fonseca, 2002).

No que diz respeito ao método, para este estudo optamos pelo método indutivo, aquele que parte de variáveis particulares para depois fazer inferências partindo das leis particulares para gerais. Nesta ordem de ideias, significa que o que está acontecendo na Vila de Ribáuè poderá estar a ocorrer noutros cantos por onde foi implementado o PNDS *Um Distrito, Um Banco*. Segundo Fonseca (2002), “O método indutivo tem como ponto de partida a observação para, daí, elaborar uma teoria. Sendo assim, ele é muito utilizado nas ciências no qual parte de premissas verdadeiras para chegar em conclusões que podem ou não serem verdadeiras”.

Como técnica e instrumento de recolha de dados, para esta pesquisa, optamos pela revisão da literatura, análise documental, inquérito pela entrevista semi-estruturada e observação. Depois da observação de alguns balcões instalados em algumas zonas rurais dos Distritos e ter conversado com alguns cidadãos em torno do impacto do programa governamental, PNDS *Um Distrito, Um Banco*, de seguida inquirimos alguns cidadãos bem abalizados na matéria de política monetária. Esse inquérito foi dirigido a alguns dirigentes de algumas instituições governamentais da Província de Nampula tais como, Direcção Provincial da Economia e Finanças e Secretaria Provincial do Estado, a gestores de alguns bancos que possuem balcões nas zonas rurais em Moçambique e na província de Nampula em particular, como é caso do BCI, BIM e Standardbank, especialmente, os bancos.

A ideia de inquirir a esses gestores deveu-se pelo facto de alguns não possuírem muito tempo para a conversa com o pesquisador e por outro, como trata-se de uma pesquisa do tipo mista, certamente que algumas respostas requerem um tratamento, análise e interpretação com o recurso aos métodos e técnicas estatísticas. Para tal, elaboramos dois modelos de questionários dirigidos aos gestores de instituições públicas e o outro, aos gestores das agências bancárias da praça. A ideia principal de elaborar dois modelos de questionário foi para compararmos o que pensam os políticos e os economistas e tirar as

nossas ilações conclusivas.

Para além dos gestores governamentais e bancários, participou nesta pesquisa a população residente da vila de Ribáuè-sede nomeadamente, agricultores, comerciantes formais e informais, agentes económicos locais, académicos, funcionários públicos e privados. Para tornar os dados mais representativos, seleccionamos os informantes de forma intencional cuja amostra é constituída por 100 informantes, conforme a tabela abaixo.

Informante	Qtd.	Técnica de colecta de dados
Técnico da Secretaria do Distrito	1	Questionário
Técnico da D. P. Agricultura	1	Questionário
Gerente do balcão do BCI	1	Questionário
Gerente do balcão do BIM	1	Questionário
Gerente do balcão do BSTM	1	Questionário
Funcionários públicos	25	Questionário
Académicos locais	10	Questionário
Agentes económicos locais	20	Questionário
Cidadãos comuns	10	Entrevista
Comerciantes informais	30	Questionário
Total	100	

Tabela 1- Informante e técnicas de colecta de dados.

Fonte: Autoria própria (2021).

Com vista a facilitar a percepção dos factos, os dados que colectamos do campo agrupamos e apresentamo-los sob a forma de tabelas e gráficos. Para sua interpretação recorremos a crítica do autor com ajuda dos posicionamentos de diferentes autores que consultamos para a realização desta pesquisa.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

Do ponto de vista conceptual, muitos autores definem o desenvolvimento económico de diversas formas. Segundo Pereira (2008) “O desenvolvimento económico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade”.

O Desenvolvimento económico resulta da melhoria do bem-estar geral ou da qualidade da vida da população no geral que é avaliado através de indicadores ou variáveis quantitativas, como o Produto Interno Bruto (PIB) ou Produto Nacional Bruto (PNB) e as variáveis qualitativas, tais como, impactos de melhoria do sistema de educação, saúde, transportes e comunicações, energia, entre outros. O desenvolvimento económico agrega

indicadores ou variáveis quantitativas e qualitativas, que passamos a descrever a baixo:

2.1 Variáveis Quantitativas

São variáveis quantitativas aquelas que correspondem ao crescimento ou decréscimo económico como o Produto Interno Bruto (PIB) ou o Produto Nacional Bruto (PNB).

2.1.1 Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB)

PIB é o valor de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de uma cidade, estado, província ou uma nação em um determinado ano, independentemente de quem o produza, seja ele nacional ou estrangeiro. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. Os bens e serviços finais que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor. O Produto Interno Bruto é calculado conforme as despesas, ou seja, os gastos praticados no país, sendo operado a partir da seguinte fórmula:

$$PIB = Consumo Familiar (CF) + Investimento Privado (IP) + Gasto do Governo (GG) + Balança Comercial (BC)$$

No contexto moçambicano, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) no seu boletim de contas nacionais, o Produto Interno Bruto (PIB) moçambicano regrediu 1,28% em 2020, reflectindo o impacto da pandemia de covid-19. O Produto Interno Bruto a preços de mercado apresentou uma variação de -2.37% no quarto trimestre de 2020 comparado ao mesmo período do ano anterior e, em termos acumulados dos quatro trimestres de 2020, situou-se em -1.28%. Só o primeiro trimestre de 2020 registou crescimento relativamente ao mesmo período do ano anterior, uma subida de 1,68%. Nos restantes, a economia retraiu-se, sobretudo devido às restrições à actividade impostas para conter a pandemia, com reflexo no abrandamento económico.

O segundo trimestre registou a pior queda (-3,23%), no terceiro trimestre o PIB voltou a descer, embora de forma menos acentuada (-1,09%), e o quarto trimestre voltou a acentuar o abrandamento económico (-2,37%). “O desempenho negativo da actividade económica no quarto trimestre de 2020, comparado com igual período de 2019, é atribuído, em primeiro lugar, ao sector terciário, que decresceu em 4.06%, com maior destaque para o ramo de hotelaria e restauração”, acrescenta o boletim.

Não obstante “o desempenho positivo dos ramos da agricultura e da pesca”, a queda de 13,1% da actividade mineira coloca o sector primário como o segundo maior responsável pela queda do quarto trimestre.

Produto Nacional Bruto (PNB) é o somatório de todas as riquezas produzidas por empresas e particulares pertencentes a um país, independentemente do local em que elas estejam actuando.

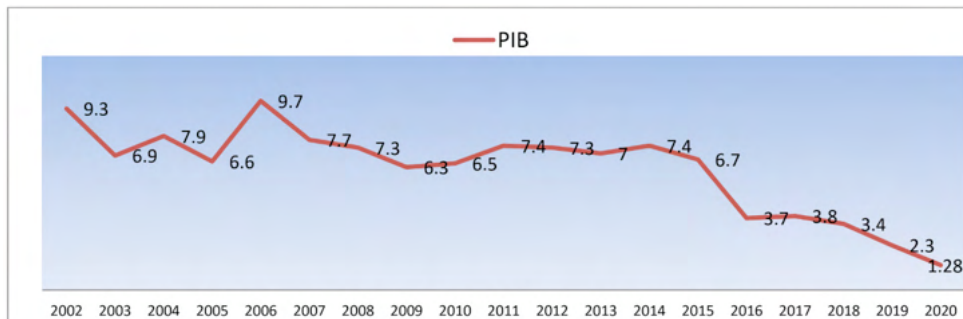


Gráfico 1-PIB em %.

Fonte: (www.countryeconomy.com).

2.2 Variáveis Qualitativas

Variáveis qualitativas são aquelas que correspondem a aquelas que contribuem para a melhoria ou não da qualidade de vida dos cidadãos. Referem-se concretamente à saúde, educação, transportes, telecomunicações, energia eléctrica, entre outros.

2.2.1 Saúde (Gastos de saúde)

Refere-se as despesas totais em saúde como uma percentagem do PIB. As despesas de saúde são amplamente definidas como actividades realizadas por instituições ou indivíduos através da aplicação de conhecimento e tecnologia médica, paramédico ou de enfermagem, cujo principal objectivo é promover, restaurar ou manter a saúde (ONU). No contexto moçambicano, a baixo encontramos a situação dos gastos com a saúde.

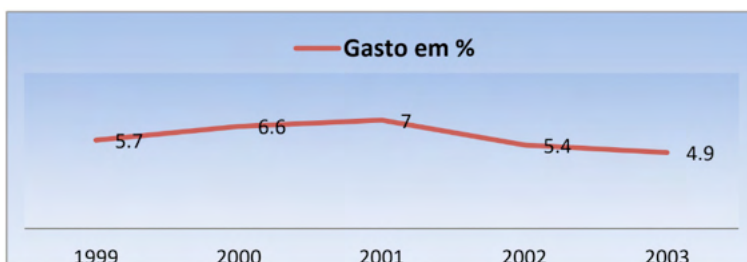


Gráfico 2-Gastos em Saúde.

Fonte: INE (2020).

De acordo com os dados que nos são apresentados pelo gráfico, constata-se que, houve um decrescimento da percentagem dos gastos em saúde, isto é, no ano 2009 os gastos foram apresentados na percentagem de 5,7%, diferentemente com o ano 2017 que houve uma fraca da demanda dos gastos de saúde, e no ano 2017 observamos também,

que houve um decréscimo de gastos de saúde em percentagem, pois estava estimado em 4,9%. Estes factores podem estar influenciados com a fraca aderência dos serviços de saúde, que pode estar influenciado com a fraca demanda monetária.

2.2.2 Educação (Alfabetização)

Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, afirma que, não existem definições e padrões universais de alfabetização. Salvo especificação em contrário, todas as taxas são baseadas na definição mais comum - a capacidade de ler e escrever em uma idade especificada. A informação sobre a alfabetização, embora não seja uma medida perfeita dos resultados educacionais, é provavelmente a mais fácil de usar e válida para comparações internacionais. Baixos níveis de alfabetização e educação em geral podem impedir o desenvolvimento económico de um país no actual mundo em rápida mudança de tecnologia.

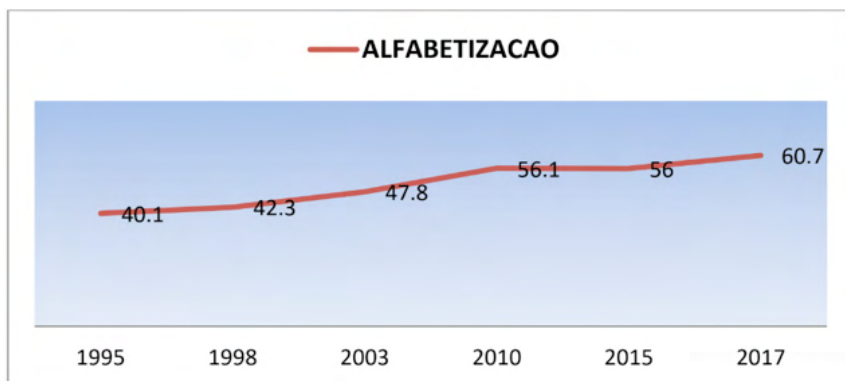


Gráfico 3-Educação (Alfabetização).

Fonte: INE (2020).

Como vemos no gráfico ilustrado, eis a percentagem dos indivíduos alfabetizados, desde o 1995 em que a representatividade foi de 40,1% diferentemente do ano 2010 que foi de 56,1% e no ano 2017 com 60,7%. Segundo o nosso gráfico apresenta uma subida significativa que indica que, dos anos pregressos aos anos actuais nota-se uma enorme diferença, pois há actualmente maior número de indivíduos alfabetizados, isto é, com a capacidade de ler e escrever.

2.2.3 Electricidade

Produção é a electricidade anual gerada expressa em quilowatts/hora. Neste caso a discrepância entre a quantidade de electricidade gerada ou importada é a quantidade consumida e é exportada é contabilizada como perda de transmissão e distribuição.

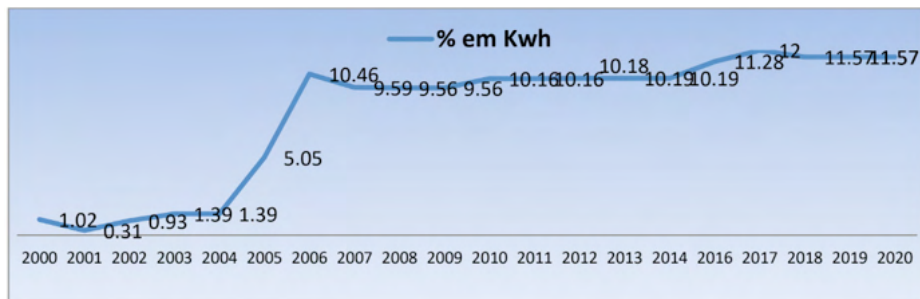


Gráfico 4-Electricidade (Produção em Kwh).

Fonte: (www.indexmundi.com).

O gráfico acima nos mostra os dados de produção de energia em Kwh em Moçambique, apresentados em percentagem, e segundo eles, conseguimos distinguir uma mudança ligeira na produção da mesma, pois existe uma variação das percentagens acima, em 200 a produção de energia foi estimada em 1,2%, e estes dados foram sofrendo alterações positivas, o que mostra que actualmente há maior produção da mesma. Em 2007 a produção de energia foi de 10,46% e em 2020 foi de 57%, conseguimos observar uma subida significativa de 46,54%, daí que pode-se concluir que actualmente há maior produção de energia relativamente aos anos anteriores.

Consumo - consiste em energia total gerada anualmente mais as importações e menos exportações, expressas em quilowatts/hora. A discrepância entre a quantidade de electricidade gerada e importada é a quantidade consumida ou exportada é contabilizada como perda de transmissão e distribuição (www.indexmundi.com).

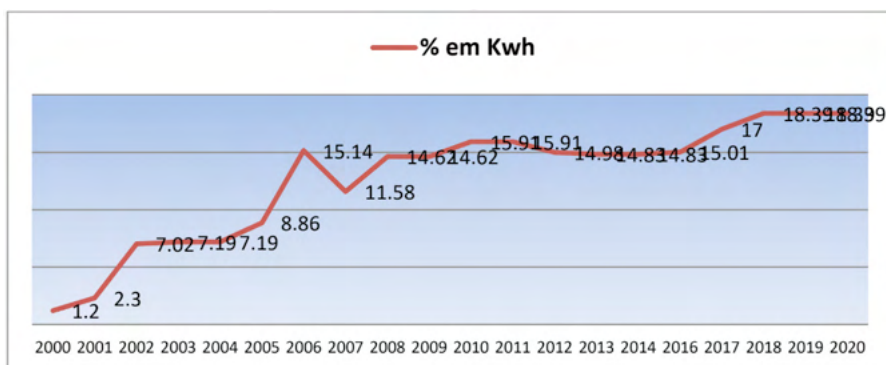


Gráfico 5-Electricidade (Consumo em Kwh).

Fonte: www.indexmundi.com

Em termos de consumo, os dados nos apresentam uma subida da mesma dos anos actuais, diferentemente dos anos anteriores, percebe-se que em 2000 o consumo da

energia foi de 1,2%, e em 2007 o consumo foi de 15,14% e em 2020 o consumo foi de 39%, notamos um acréscimo do consumo de energia, que pode estar associado com as novas indústrias, melhoramento de condições de vida dos habitantes, que proporciona a procura do consumo da mesma.

2.2.4 Telecomunicações

Linhas Móveis (celular) é o número *total* de assinantes de telefones celulares móveis, bem como o número de *assinaturas por 100 habitantes*. Note-se que, devido à onnipresença do uso do celular em países desenvolvidos, o número de assinaturas por 100 habitantes pode exceder 100.

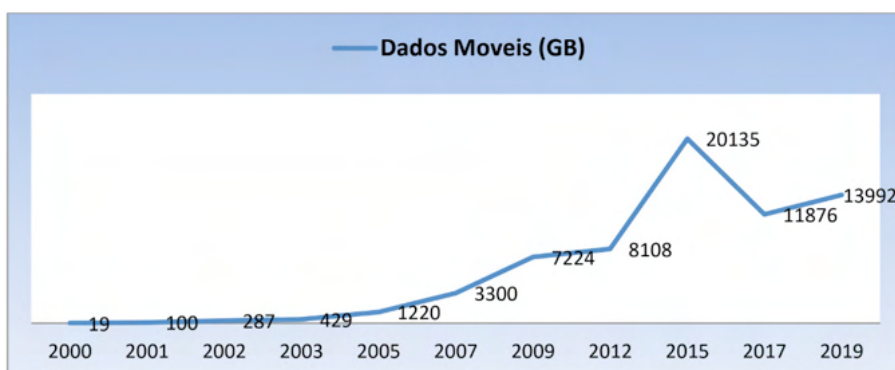


Gráfico 6-Telecomunicação (Redes Móveis).

Fonte: www.indexmundi.com

O uso da rede móvel actualmente tem vindo a melhorar, e de certa forma permite que haja maior procura por parte dos utilizadores, segundo o nosso gráfico, podemos perceber que em 2002 segundo os dados que nos são apresentados de 287, concluímos que, a procura do uso de rede móvel não era de tamanha importância que na era actual. Em 2009 o uso da rede da telefonia móvel foi de 13992, isto é, está associado com a maior procura da mesma e com o número explosivo dos utilizadores da rede móvel.

2.3 Indicadores de medida do desenvolvimento económico

As principais ferramentas usadas para medir o desenvolvimento económico são índice de desenvolvimento humano (IDH) e índice de Gini

2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano

É uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos. Baseia-se nos parâmetros de saúde, educação e renda para avaliar o desenvolvimento de

um país. (PNUD).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Moçambique é o pior país de língua portuguesa em África no Relatório de Desenvolvimento Humano 2020.

O país desceu uma posição para 181º lugar, face a 2019, entre 189 países. Cabo Verde mantém-se como o primeiro país de língua oficial portuguesa em África no ranking, na 126ª posição, no mesmo lugar que no ano passado. Seguem-se São Tomé e Príncipe (na 135ª posição, 137ª em 2019), Angola (na 148ª posição, 149ª em 2019) e Guiné-Bissau (em 175º lugar, 178º em 2019).

Em Moçambique, a esperança média de vida à nascença é de 60,9 anos, sendo que a média da escolaridade ronda os 3,5 anos. Registam-se 289 mortes maternas por cada 100.000 nascimentos, sendo que por cada 1.000 nados vivos, 148,6 progenitoras tinham entre os 15 e os 19 anos. No Parlamento, 41,2% dos assentos são ocupados por mulheres. Por cada 10.000 pessoas, existem 0,8 médicos. Por outro lado, somente 8% das populações rurais têm acesso a electricidade. Por último, 62,9% das pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza.

O IDH é apresentado pelas Nações Unidas como “um índice composto que mede o desempenho médio em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, conhecimento e um padrão de vida decente”.

2.3.2 Índice de Pobreza Humano

Refere-se as estimativas nacionais da percentagem da população abaixo da linha de pobreza, que são baseadas em pesquisas de subgrupos, com os resultados ponderados pelo número de pessoas em cada grupo. As definições de pobreza variam consideravelmente entre as nações. Por exemplo, as nações ricas geralmente empregam padrões de pobreza mais generosos do que as nações pobres.

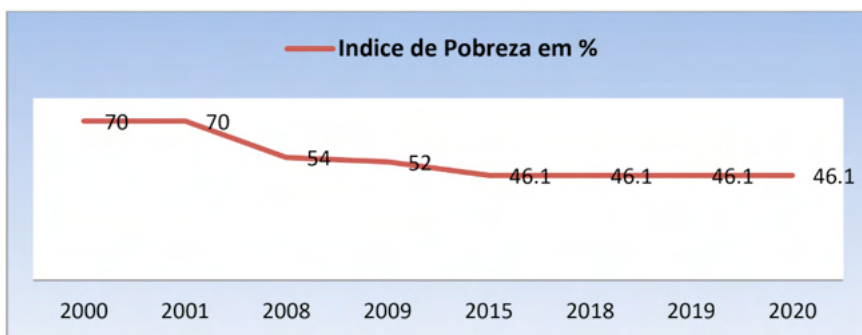


Gráfico 7-índice de Pobreza Humano.

Fonte: [Www.indexmundi.com](http://www.indexmundi.com)

No que diz respeito ao índice de pobreza humano, constata-se que, existe um decréscimo do mesmo dos anos anteriores relativamente aos anos actuais, isto é em 2000 e 2001 notamos que o índice de pobreza era de 70%, enquanto, desde o ano 2008 há um decréscimo da percentagem relativo ao índice de pobreza, no ano 2020 o índice de pobreza foi de 46% diferentemente dos anos anteriores, isto mostra que há uma melhoria no que diz respeito a agricultura e o comércio dentro do nosso país, que facilita na diminuição da pobreza.

2.3.3 Índice de Gini

O índice de Gini mede até que ponto a distribuição de renda (ou, em alguns casos, despesas de consumo) entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Uma curva de Lorenz pilota as percentagens cumulativas da renda total recebida em relação ao número cumulativo de beneficiários, começando com o indivíduo ou família mais pobre. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como uma percentagem da área máxima sob a linha. Assim, um índice de Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita. A tonalidade do país corresponde à magnitude do indicador. Quanto mais escura for a tonalidade, maior será o valor. O país com maior valor no mundo é a África do Sul, com um valor de 63,00. O país com o menor valor do mundo é a Ucrânia, com o valor de 25,00. (ONU) Vide o mapa em anexo.

2.4 Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) em Moçambique

Segundo o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER, 2015), em Moçambique, as zonas rurais representam 90% do território nacional, e acolhem cerca de 68% da população total do país.

O Programa nacional de desenvolvimento sustentável (PNDS) representa um conjunto de acções desenhadas pelo governo de Moçambique, através do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), com o foco ao desenvolvimento integrado do meio rural moçambicano através da promoção de práticas sustentáveis como o uso racional dos recursos naturais, organização da terra e gestão ambiental.

De acordo com o MITADER (2015), o PNDS pretende fomentar uma economia local de base através da complementaridade da oferta de serviços básicos, capacitação e atracção de investimentos importantes para o desenvolvimento, enquanto explora as capacidades e inova o conhecimento local, e contribui para a resiliência das comunidades aos efeitos das mudanças climáticas.

O objectivo principal do PNDS é assegurar o aumento do rendimento familiar no meio rural de forma sustentável. Para tal, foram identificadas as seguintes prioridades

estratégicas de actuação (MITADER, 2015):

- **Energia:** dotar a economia rural de factores produtivos determinantes para o seu processo de dinamização;
- **Água:** assegurar os serviços básicos essenciais para o bem-estar das populações e de impacto na produtividade no meio rural;
- **Formação e transferência de tecnologia:** reforçar a capacidade produtiva através da transferência de tecnologia e formação, para os agentes de desenvolvimento rural;
- **Infraestruturas de ligação aos mercados:** assegurar o desenvolvimento de infraestruturas económicas e sociais que permitam aumentar a acessibilidade e mobilidade no meio rural;
- **Banca e Financiamento:** promover uma economia diversificada e geradora de emprego através do estímulo ao investimento nos sectores estratégicos da economia rural.

Para materializar as prioridades supracitadas, de forma integrada, o PNDS identificou cinco áreas de actuação seguintes (MITADER, 2015):

- **Tecnologia rural:** a formação e transferência de tecnologia foi definida como a prioridade estratégica nesta área para o garante de maior eficiência e eficácia nos processos produtivos, por forma a conferir maior competitividade às economias locais. O objectivo é criar mecanismos e estruturas de capacitação e apoio contínuo à produção local, com a finalidade de aumentar a produtividade. Nestas capacitações são contemplados o sector privado, extencionistas e órgãos do governo local. No âmbito deste projecto, está prevista a realização de bolsas do agronegócio, turismo, e energias renováveis com vista a promover a transferência de tecnologia para o meio rural (MITADER, 2015);
- **Energia rural:** a prioridade estratégica nesta área é energia. Esta prioridade tem por objectivo dar suporte a expansão das energias renováveis no campo, construção de pequenas estações hidroelétricas, com componentes de irrigação com vista ao aumento da produtividade e promoção da indústria transformadora. Com efeito, para a materialização deste projecto se propõe desenvolver, em regime de concessão, a produção de plantas de biomassa;
- **Água rural:** a água é um bem vital para a sobrevivência do homem e é factor crítico no processo produtivo, principalmente para a agricultura, por isso foi definida como prioridade estratégica para esta área, cujo objectivo é assegurar o acesso e tratamento de água no meio rural para o consumo doméstico e para as actividades económicas com eficiência. Para a materialização desta prioridade precisa estabelecer sistemas de purificação de água pré-fabricados, associados a equipamentos com as seguintes características (MITADER, 2015);
- **Estrada rural:** para esta área, a infraestruturas de ligação de centros produtivos aos mercados foi definida como prioridade estratégica, através de inves-

timento em estradas terciárias, vicinais para o escoamento da produção para aeroportos, linhas férreas, estradas e portos, respeitando-se critérios de gestão a nível local, objectivos e metas de produção pré-definidos, orçamentos com base no custo por quilómetro (MITADER, 2015);

- **Finanças rurais:** a prioridade estratégica são bancos e financiamento. Os serviços financeiros são de extrema importância para a dinamização da vida social e económica, bem como para o exercício de poupanças, suporte de transacções, comércio e crédito ao investimento. Os Projectos na área das Finanças Rurais, visam essencialmente acelerar o processo de acesso a soluções financeiras nas zonas rurais. Adicionalmente, prevê-se a implementação do Pacote de Estímulo à Economia Rural (PEER), que tem como objectivo estimular o investimento privado em sectores estratégicos para o desenvolvimento, e está alicerçado em áreas prioritárias onde o país ainda apresenta um elevado potencial económico por captar (MITADER, 2015).

As metas do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) estão alinhadas com a carteira de projectos e foram estabelecidas para um horizonte de 15 anos. Nesse sentido, de 2015 até 2030 esperam-se atingir as seguintes metas (MITADER, 2015):

- Redução da pobreza no meio rural para 45%;
- Conferir acesso a água potável acessível a 15 milhões de habitantes;
- Expandir a geração de Bioenergia para 4000 Mw, implantando sistemas de energias renováveis;
- Construir 1500 Km de estradas terciárias e vicinais;
- Assegurar a cobertura bancária em todos Distritos de Moçambique;
 - Garantir o acesso a terra, através do registo de 5 milhões de ocupações;
- Elevar o efectivo da população de elegantes para 17.500;
- Reduzir a emissão de gases (CO_2) em 72,8 milhões de toneladas por ano.

No âmbito da implementação do PNDS, são concebidos vários projectos que actuam entre uma a cinco áreas em simultâneo, contribuindo sempre para o objectivo comum de desenvolvimento sustentável das áreas rurais de Moçambique, dotando as famílias rurais de meios e competências para prosperar (MITADER, 2015). Destes projectos elencam-se os seguintes:

- I. Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais (Projecto SUSTENTA);
- II. Projecto um Distrito “um banco”;
- III. Projecto quinta da energia;
- IV. Projecto água-viva;
- V. Projecto de apoio ao desenvolvimento económico local (PRODEL);

- VI. Programa de promoção dos mercados rurais (PROMER);
- VII. Projecto Terra Segura;
- VIII. Projecto mozbio.

2.4.1 Programa Um Distrito, Um Banco

O Projecto “Um Distrito, Um Banco” tem como objectivo acelerar o processo de bancarização das zonas rurais, com vista a garantir total cobertura da rede bancária no País (MITADER, 2015).

Segundo FNDS (2015), o Governo colocou à disposição das instituições financeiras, facilidades para a instalação e estabelecimento de agências, em 72 distritos, dentro de um prazo de 4 anos.

Dados do Projecto Um Distrito. Um Banco	Descrição
Meta	Dotar todos os Distritos do país de pelo menos uma agencia bancária. Sendo meta até 2019 construir 40 agências, das quais 13 em 2016; 11 em 2017; 8 em 2018 e 6 em 2019.
Direcção	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)
Duração	4 anos (2016-2019)
Fonte de Financiamento	Fundos próprios (FNDS)
Orçamento	480,295,267.00 (quatrocentos e oitenta milhões, duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e sessenta e sete meticais).
Implementador	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)
Cobertura Geográfica	Todo o País

Tabela 2-Projecto *Um Distrito, Um Banco*.

Fonte: (FNDS, 2015), Disponível em: <https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/sustenta>.

A filosofia do governo através do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MITADER) através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) colocara a disposição das instituições financeiras, a facilidade para a instalação e estabelecimento de agências, em 72 distritos, dentro de um prazo de 4 anos. Assim, o executivo propunha-se a fomentar uma política de crédito de apoio ao camponês, que conjugue as diferentes formas de financiamento tais como, linha de crédito especiais, *leasing*, capitais de risco, seguro agrícola, fundos de garantia, e fomento de crédito solidário, entre outros.

Com esta política, estava assegurada a inclusão financeira dos cidadãos desfavorecidos que vivem em zonas mais remotas e que não têm acesso de bens e serviços mas também que enfrentam directamente os efeitos nefastos da pobreza absoluta. É nosso entender que assim já estão lançadas as bases para o processo de desenvolvimento económico das comunidades rurais pois, acreditamos que com esta iniciativa os cidadãos

já podem aceder ao crédito e com o qual podem desenvolver alguns negócios e criar as condições necessárias para a sua sobrevivência.

2.5 Vila de Ribáuè

A Vila de Ribáuè, é um Posto Administrativo do distrito de Ribáuè, localizado na região ocidental da província de Nampula e localiza-se há sensivelmente 130 km da cidade, a sua capital provincial (vide o mapa em anexo).

Com uma população estimada em mais de 80 mil habitantes (INE, 2017), na Vila de Ribáuè habitam populações do grupo etnolinguístico Emakwa, que tradicionalmente praticam a actividade agrícola em sua maioria e a base da pirâmide etária é constituída por jovens e as idades variam de 15 a 40 anos de idade.

Para além da agricultura, a Vila dispõe de alguns serviços como a administração do distrito, da saúde, da educação, Tribunal distrital, procuradoria distrital, Polícia da República de Moçambique (PRM), uma rede bancaria constituída por três bancos comerciais, nomeadamente, BIM, BCI e Standard Bank, o que equivale dizer que a Vila de Ribáuè-sede possui características meramente urbanas ou então, está em vias de desenvolvimento.

Devido a sua localização geoestratégica, no período colonial já foi a sede do Governo da Circunscrição dos Macuas de Ribáuè, Lalaua e Mecubúri para servir os interesses da população desses três distritos (MAE, 2005).

A base da economia é essencialmente agrícola e como afirmamos anteriormente, é uma actividade que ocupa maior parte da população local devido a falta de oportunidades de emprego. Devido ao clima predominante, na Vila produzem-se alguns cereais, com destaque para o milho, a mexoeira e a mapira.

Produzem-se algumas leguminosas, destacando-se o feijão bóer, manteiga e nhemba assim como a mandioca. Para além desses produtos, a Vila tem potencial na produção de culturas de rendimento (Tabaco) e oleaginosas (amendoim, gergelim, girassol e a castanha de caju em menor escala). A produção é posteriormente consumida e o excedente vendido no mercado local ou circunvizinho.

Possui uma Escola Secundária com uma longa história (antiga Escola Secundária da FRELIMO) que já formou diversos quadros e que ocupam muitos sectores da actividade quer económica, social e política no país. Além desta, possui uma escola técnica (Escola Agrária de Ribáuè) que também contribui para a formação de quadros para o país.

3 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Nesta secção apresentamos os dados que colectamos no campo cuja análise e interpretação fizemo-la com base nas críticas da autora com o apoio dos autores que consultamos nas diferentes obras.

3.1 Nível de conhecimento dos habitantes da Vila de Ribáuè sobre o programa

Pergunta 1 (P₁): *Já ouviu falar do programa de sustentabilidade económica Um Distrito, Um Banco que foi implementado pelo Governo?*

Essa questão dirigimo-la aos 90 informantes que inquirimos e com ela pretendíamos saber se os sujeitos da pesquisa conheciam o programa de sustentabilidade económica, *Um Distrito, Um Banco*.

Em relação a esta questão os sujeitos da pesquisa responderam como se pode observar na tabela 3 abaixo e nos apêndices:

Resposta	Informantes							Fr	%
	Ac	Gestores	FP	TDPA	AEL	MG	CI		
Já ouviu	7	3	5	1	5	1	5	27	30
Nunca ouviu	0	0	15	0	10	0	20	45	50
Não respondeu	3	0	5	0	5	0	5	18	20
Total	10	3	25	1	20	1	20	90	100

Tabela 3- Nível de conhecimento dos cidadãos em relação ao programa.

Fonte: Autoria própria (2021).

A mesma questão levantamos aos cidadãos comuns, onde dos 10 informantes entrevistados responderam nos seguintes termos:

Respostas	Fr	%
Nunca ouviu falar do programa <i>Um Distrito, Um Banco</i>	5	50
Já ouviu falar	5	50
Total	10	100

Tabela 4-Respostas dos entrevistados.

Fonte: Autoria própria (2021).

Uma observação dos dados, tanto constantes nas tabelas 3 e 4 acima, e olhando pelo volume dos resultados, tudo nos leva a crer que os cidadãos da Vila de Ribáuè têm pouco conhecimento em relação ao programa de sustentabilidade económica, *Um Distrito, Um Banco* a decorrer na Vila de Ribáuè. Esse fenómeno só pode ser o resultado da falta de divulgação do programa aos cidadãos da Vila de Ribáuè.

Provavelmente, os poucos cidadãos que tiveram conhecimento do programa podem ser pessoas muito influentes ao nível da Vila de Ribáuè ou então, são funcionários públicos que no acto de lançamento dos projectos e programas de desenvolvimento são convidados a participarem aos comícios de apresentação e lançamento.

3.2 Objectivos do programa Um Distrito, Um Banco

P2: Qual é o objectivo do programa de sustentabilidade económica, Um Distrito, Um Banco?

Com esta questão pretendíamos saber se os informantes conheciam o objectivo do programa de sustentabilidade económica *Um Distrito, Um Banco* e em relação a esta questão, os informantes inquiridos responderam nos seguintes termos:

Resposta	Informantes								
	Ac	Gestores	FP	TDPA	AEL	MG	CI	Fr	%
Desenvolvimento rural	6	2	20	1	5	1	5	50	56
Investimento local	3	1	5	0	10	0	4	33	36
Outro	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não respondeu	1	0	0	0	5	0	1	7	8
Total	10	3	25	1	20	1	20	90	100

Tabela 5-Objectivos do programa de sustentabilidade económica.

Fonte: Autoria própria (2021).

A mesma questão levantou aos cidadãos comuns da vila de Ribáuè-sede cujos depoimentos podem ser observados na tabela abaixo:

Respostas	Fr	%
Desenvolver as comunidades	7	70
Não sabem de nada sobre o programa	3	30
Total	10	100

Tabela 6-Respostas dos entrevistados.

Fonte: Autoria própria (2021).

Uma análise meramente empírica da nossa parte nos remete a ideia de que, embora uma parte significativa dos informantes afirmar que não conheciam o propósito do programa de sustentabilidade económica *Um Distrito, Um Banco*, o objectivo do programa era o de desenvolvimento rural.

3.3 Projectos elegíveis com pelo programa Um Distrito, Um Banco

P3: Conhece os projectos elegíveis pelo programa de sustentabilidade económica Um Distrito, Um Banco?

Com esta questão pretendíamos saber dos informantes se sabiam quais eram os projectos que o programa de sustentabilidade económica *Um Distrito, Um Banco* e os

informantes responderam nos seguintes termos:

Resposta	Informantes							Fr	%
	Ac	Gestores	FP	TDPA	AEL	MG	CI		
Todo tipo de projectos	3	1	5	1	5	1	8	24	26
Comércio formal	2	0	3	0	4	0	5	14	16
Aos funcionários Públicos	1	1	8	0	2	0	7	19	21
Aos agricultores	1	0	4	0	2	0	2	9	10
Aos criadores de gado	1	0	2	0	2	0	2	7	8
Aos comerciantes informais	0	0	1	0	1	0	5	7	8
Bens e serviços	2	1	2	0	4	0	1	10	11
Total	10	3	25	1	20	1	30	90	100

Tabela 7-Projectos elegíveis do programa Um Distrito, Um Banco.

Fonte: Autoria própria (2021).

A mesma questão lançou para os 10 cidadãos comuns. Durante as entrevistas estes responderam nos seguintes termos:

Respostas	Fr	%
Todos os projectos	4	40
Financiamento aos projectos dos funcionários públicos	2	20
Financiar pessoas que possuem bens de garantia	2	20
Seleccioanr alguns projectos	2	20
Tortal	10	100

Tabela 8-Respostas dos e entrevistados.

Fonte: Autoria própria (2021).

Uma observação dos dados dos informantes, tanto inquiridos assim como os entrevistados, notamos a existência de uma congruência. Tanto os primeiros assim como os segundos, a opinião é quase que unânime pois, todos concordam que todos os projectos são elegíveis porque poderão ajudar a comunidade local a desenvolver-se com muita rapidez.

3.4 Grau de aderência ao programa Um Distrito, Um Banco

P4: Qual é o grau de aderência da comunidade local aos produtos do programa de sustentabilidade económica Um Distrito, Um Banco?

Com esta questão pretendíamos saber se os cidadãos da Vila de Ribáuè aderiam

aos produtos que o programa de sustentabilidade económica *Um Distrito, Um Banco* oferece.

Por tratar-se de uma questão meramente técnica direccionámo-la aos gestores da banca local e os quais responderam da seguinte forma: há muita aderência ao crédito por parte dos funcionários públicos. Os restantes cidadãos aparecem muito poucos.

Uma análise breve dos dados dos informantes, tudo nos leva a crer que a aderência ao crédito na Vila de Ribáuè-sede não é muito alta tudo por causa das exigências do próprio programa mas sim da política bancária. Provavelmente, como as pessoas não conhecem o próprio programa têm o receio de aproximar a banca pois, acreditam que quando lá forem não serão aceites.

3.5 Actividades de riscos

P5: Sabe-se que na Vila de Ribáuè maior parte da população vive da agricultura de subsistência e do comércio informal. Essas actividades também são elegíveis?

Com essa questão pretendíamos saber se o programa de sustentabilidade económica *Um Distrito, Um Banco* tinha alguma restrição. E por tratar-se de uma questão meramente técnica direccionámo-la aos gestores (G) da banca e estes responderam nos seguintes termos:

G1: O programa de sustentabilidade económica Um Distrito, Um Banco foi concebido como uma das estratégias do Governo com vista ao desenvolvimento socioeconómico do meio rural. Sucede que, a banca trabalha com uma política monetária focada para o mercado e a política monetária ou financeira do é uma visão meramente política e não técnica. Isso por vezes pode chocar com os interesses de ambas as partes.

G2: O Banco é uma instituição financeira na qual todo o cidadão pode ir procurar financiamento para incrementar a sua actividade comercial ou adquirir seus bens. Mas, para ter acesso a esse financiamento, a política bancária impõe algumas regras ao consumidor devido ao próprio comportamento deste. Há mutuários que depois de receberem os fundos desaparecem e como o banco irá reaver os seus activos? Evidentemente que ninguém irá assumir o prejuízo. Por isso, em algum momento, o cidadão até pode pensar que a banca está a proibir os empréstimos enquanto não.

G3: A função dos bancos é o desenvolvimento da sociedade mediante a oferta dos seus produtos. Por isso, no exercício da sua actividade a banca desenha pacotes ou linhas de crédito para beneficiar os cidadãos. Aí o cidadão pode escolher a linha ou o pacote de financiamento que deseja. Agora, o sustenta é um programa governamental que veio também para ajudar a desenvolver as comunidades locais só que o mesmo tem suas regras e não podemos transgredi-las. Por essa razão, alguns cidadãos preferem o crédito ao consumo por ser acessível a todos e ao mesmo também flexível.

Uma análise dos três depoimentos nos leva a perceber que embora o programa de sustentabilidade económica *Um Distrito, Um Banco* tenha sido concebido para impulsionar

a economia das comunidades ao nível do meio rural, ele está atado às políticas de financiamento aplicáveis na banca comercial.

Esse processo que se pode equiparar a uma política bancária tem vindo a condicionar o acesso ao programa de sustentabilidade económica em si assim como, o acesso ao crédito na Vila de Ribáuè.

3.6 Valor do programa de sustentabilidade económica Um Distrito, Um Banco

P6: Qual é o valor que o programa de sustentabilidade económica Um Distrito, Um Banco trouxe na vida dos cidadãos da Vila de Ribáuè?

Para esta questão excluimos os gestores bancários e os governantes e direccionámo-la aos outros extractos da sociedade. Com esta questão pretendíamos saber dos informantes se sabiam a importância do programa e ao mesmo tempo da banca. Em relação a esta questão os informantes responderam nos seguintes termos e conforme se pode observar na tabela abaixo:

Resposta	Informantes					
	Ac	CI	AEL	FP	Fr	%
Financiar projectos	1	7	5	3	16	19
Dinamizador da economia local	6	15	12	9	42	49
Outro	0	1	0	4	5	6
Bem-estar dos cidadãos	3	7	3	9	22	26
Total	10	30	20	25	85	100

Tabela 10-Valor acrescentado do programa.

Fonte: Autoria própria (2021).

Foi feita a mesma questão aos cidadãos comuns da Vila de Ribáuè e dos informantes responderam nos seguintes termos:

Respostas	Fr	%
Não conheço o valor que um banco possui na vida da comunidade	4	40
Conhece o valor do banco para a comunidade	2	20
Já ouviu falar sobre o valor do banco para a comunidade	2	20
Só vê balcões dos bancos a serem abertos na Vila	2	20
Total	10	100

Tabela 11: Respostas dos entrevistados.

Fonte: Autoria própria (2021).

Uma observação dos dados constantes nas duas tabelas nos permite concluir que os cidadãos conhecem a importância e o valor que um banco representa numa comunidade pois, tanto os inquiridos e os entrevistados convergem nas suas respostas.

3.7 Impacto do programa Um Distrito, Um Banco

P7: Qual é o impacto que esse programa trouxe na vida da comunidade da Vila de Ribáuè-sede?

Com essa questão pretendíamos saber dos informantes se conseguem observar alguma mudança nas suas vidas assim como da própria Vila de Ribáuè que seja produto do programa de sustentabilidade económica *Um Distrito, Um Banco*. Nesta questão também excluímos os gestores e os políticos e os resultados apresentamos na tabela 12 abaixo.

Resposta	Informantes				Fr	%
	Ac	CI	AEL	FP		
Desenvolvimento económico do distrito	2	3	4	3	12	14
Crescimento económico do distrito	6	20	9	10	45	53
Não há nenhuma mudança	2	2	6	12	22	26
Não respondeu	0	5	1	0	6	7
<i>Total</i>	<i>10</i>	<i>30</i>	<i>20</i>	<i>25</i>	<i>85</i>	<i>100</i>

Tabela 12-Impacto do programa Um Distrito, Um Banco.

Fonte: Autoria própria (2021).

A mesma questão levantou-se para os 10 informantes entrevistados e dos quais responderam da seguinte forma:

Resposta	Fr	%
Crescimento económico d Vila	3	30
A Vila está a mudar muito	2	20
Está a mudar a vida das populações da Vila	2	20
A Vila está a conhecer uma transformação assinalável	1	10
Sinónimo de desenvolvimento	1	10
É um aspecto positivo	1	10
Total	10	100

Tabela 13-Impacto do programa Um Distrito, Um Banco.

Fonte: Autoria própria (2021).

Uma apreciação dos dados das duas tabelas cima, tudo nos leva a crer que a Vila de Ribáuè-sede está a conhecer algum crescimento socioeconómico. Embora o crescimento

não seja o desenvolvimento económico verdadeiramente dito, mas é um indicador muito importante para o processo de desenvolvimento de uma determinada comunidade devido as valências que o sistema financeiro proporciona não só aos cidadãos assim como, à economia nacional.

3.8 Sugestões dos informantes

P8: Que as sugestões deixam para melhoria do processo sobretudo, as áreas a financiar?

Com esta questão pretendíamos ouvir dos informantes o que julgavam que estava a correr mal e quais seriam as possíveis soluções do problema e consequentemente, a melhoria do programa de sustentabilidade económica *Um Distrito, Um Banco*. E, os informantes responderam nos seguintes termos:

Resposta	Informante						Fr	%
	Ac	Gestores	AEL	FP	CI	MG		
Financiar todo tipo de projectos	3	0	4	5	5	0	17	19
Redefinir o pacote	4	0	10	14	18	1	47	52
Restringir o financiamento	3	3	5	5	2	1	19	21
Não respondeu	0	0	1	1	5	0	7	8
<i>Total</i>	10	3	10	15	30	2	90	100

Tabela 14-Sugestões dos informantes.

Fonte: Autoria própria (2021).

A mesma questão levantou-se aos 10 informantes entrevistados e destes 8 responderam nos seguintes termos:

Resposta	Fr	%
A trabalhar como tem vindo a fazer o programa pode fracassar	1	10
Deve ser inclusivo	3	30
Deve seleccionar os projectos a investir	1	10
Temos que acautelar os riscos	2	20
Financiar pessoas que tenham bens	3	30
Total	0	100

Tabela 12-Sugestões dos informantes entrevistados.

Fonte: Autoria própria (2021).

Os dados acima nos revelam uma disparidade de opiniões. Mas, fazendo um pequeno exercício lógico sobre as diferentes ideias, notamos claramente que os informantes estão cientes do risco que o programa acarreta. Se não vejamos, o sector agrícola, para além de ser o que mais pessoas empregam, constitui o factor de desenvolvimento económico do país (vide Constituição da República, 2004).

Sucede que, embora exista esse desiderato constitucional, a nossa agricultura enfrenta enormes dificuldades e uma delas já foi referenciada pelos informantes que é a dependência exclusiva das chuvas. Imaginemos que numa determinada época não chova e a pessoa já foi concedido o crédito? Naturalmente que, esse cidadão terá sérios problemas com a banca ou a banca terá dificuldades em reaver o seu dinheiro.

4 | CONCLUSÕES

Antes de realizarmos a pesquisa intentamos duas hipóteses. **A primeira hipótese supunha que, os habitantes da Vila de Ribáuè entendem que o PNDS *Um distrito, Um Banco*, contribui no desenvolvimento económico local.**

Esta hipótese tem como indicadores: concessão de empréstimos aos cidadãos para investimentos de pequenos, médios e grandes projectos, surgimento de postos de emprego, redução da pobreza, surgimento de bens e serviços, pequenos hotéis, pensões, farmácias, mercearias, talhos e barracas.

Depois de realizarmos o estudo, os resultados indicam que tanto os informantes inquiridos assim como os entrevistados são unânimes em afirmar que a implementação do programa de sustentabilidade económica *Um Distrito, Um Banco* na Vila de Ribáuè-sede contribui para o crescimento económico do Distrito como se pode observar no gráfico 1 abaixo.

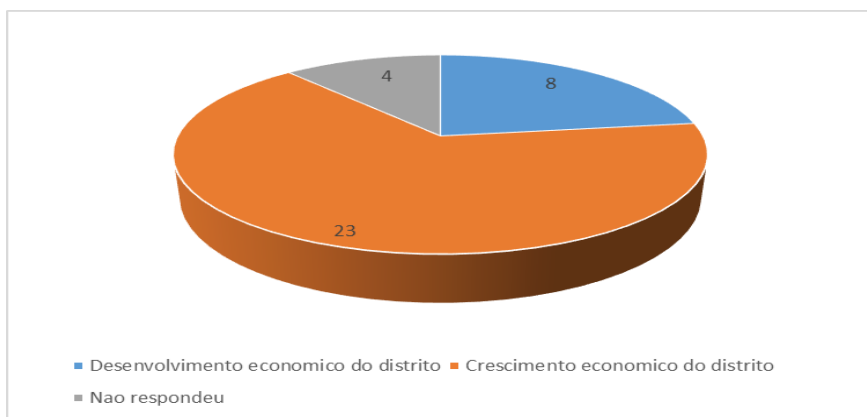


Gráfico 8-Impacto do programa de sustentabilidade económica na Vila de Ribáuè.

Fonte: Autoria própria (2021).

Olhando para os dados contidos no gráfico acima logo a prior nos indicam que a implementação do programa de sustentabilidade económica na Vila de Ribáuè está a contribuir para o desenvolvimento económico da vila.

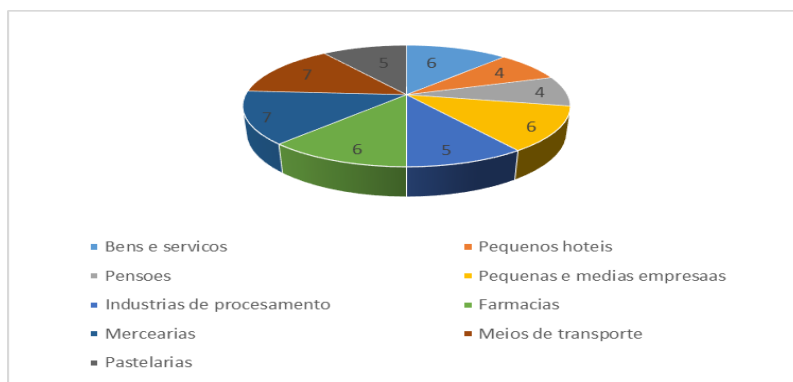


Gráfico 9-Indicadores do crescimento económico na Vila de Ribáuè-sede.

Fonte: Autoria própria (2021).

Os dados do gráfico acima nos indicam que o programa contribui no surgimento de pequenos hotéis, pequenas e médias empresas, surgimento de pequenas indústrias de transformação, meios circulantes, farmácias privadas e outros bens e serviços que contribuem na redução do sofrimento das populações.

Querendo concordar com os posicionamentos dos informantes contidos no gráfico acima, o surgimento destes é fruto de algum incremento financeiro. Eles não surgiram por mero milagre mas sim, de alguma *almofada* financeira que pode ter surgido de algum banco.

Se olharmos para o historial da Vila veremos que antes do surgimento da banca naquela vila a população tinha que deslocar-se aos distritos circunvizinhos ou províncias para adquirir algum bem. Ou, se fossem a fazer tinham que aguardar pela vinda de comboio para os transportar para os locais de preferência e isso era constrangedor pois, não chegavam a tempo e hora.

A segunda hipótese supunha que, embora se diga que o PNDS *Um Distrito, um Banco* tenha o propósito de desenvolver a comunidade local, a sua implementação na Vila de Ribáuè não contribui para o desenvolvimento económico local.

Esta hipótese tem como indicadores: receio de financiamento aos pequenos e médios agricultores, aos comerciantes informais que são a base da economia do distrito de Ribáuè. Em todo caso, os informantes reconhecem que essas áreas são vitais para a economia do distrito, mas também receiam que alguns mutuários não tenham capacidade e condições para reembolsar o montante concedido e isso pode considerar-se com um

grande factor de risco na banca.

Nesta ordem de ideias, olhando para os resultados tanto da primeira assim como da segunda hipótese, podemos concluir que a implantação de um balcão na Vila de Ribáuè-sede está dando sinais positivos a economia local. Nesses termos, podemos afirmar com clareza que o programa de sustentabilidade económica, *Um Distrito, Um Banco* está a trazer sinais de desenvolvimento.

Logo, podemos afirmar categoricamente que, embora se diga que o programa de sustentabilidade económica moçambicano, *Um Distrito, Um Banco* seja alvo de muitas críticas, a sua implementação na Vila de Ribáuè-sede está a contribuir para o crescimento económico da comunidade.

A contradição entre o discurso político e o que se observa nos financiamentos dos cidadãos demonstra que as mudanças técnico-produtivas possuem condicionantes complexos e envolvem aspectos que estão, muitas vezes, acima da capacidade de intervenção das organizações tanto governamentais assim como, as financeiras. Estudando o Sistema Financeiro Cresol, Junqueira (2003, p.99-100) assinala que: "A estrutura de incentivos que possibilite mudanças institucionais necessárias à adopção de novas práticas produtivas deve-se incorporar aos métodos e às decisões dos formuladores de políticas e agentes económicos".

Sob este ponto de vista foge-se, em parte, da governabilidade do sistema. Assim, percebe-se claramente que, que a implantação e a condução de novos sistemas produtivos está directamente vinculada à matriz técnica e política predominante no interior das principais redes de serviços de assistência técnica e extensão rural existentes no país.

Até ao momento, o desenho institucional dos serviços de extensão rural, assistência técnica e educação rural voltados ao sistema de produção não conseguiu suplantar os descompassos relacionados às suas atribuições e competências, e menos ainda com sua tradição tecnicista e de fusionista.

Por essa razão, a produtividade das comunidades rurais ainda continua baixo e os agricultores ainda continuam sendo designados de pequenos e médios agricultores e isso dificulta o acesso a outros bens e serviços como é o caso do crédito bancário.

Por fim, como sabemos que Moçambique a sua população encontra-se no limiar da pobreza, somos de opinião que sejam adoptadas políticas de desenvolvimento económico viradas para as potencialidades locais e na capacidade dos possíveis clientes. Nesses termos, urge a necessidade de redefinir o pacote do programa de sustentabilidade económica *Um Distrito, Um Banco* com vista a flexibilizar o próprio processo assim como, permitir a inclusão financeira a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

MITADER, Disponível em: <https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/nossos-projectos/listagem-de-projectos/sustenta>.

MITADER. (2015). *PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PNDS)*. Maputo: MITADER. Disponível em: file:///C:/Users/User/Desktop/ECONOMIA%20CIRCULAR-ARTIGOS/MITADER_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL.pdf.

Banco de Moçambique (2007). *Bancarização da Economia. Extensão dos serviços financeiros às zonas rurais*. Documento apresentado no trigésimo primeiro conselho consultivo. Maputo, Moçambique.

Barberi, J.C. (2010). *Inovações e sustentabilidade: Novos modelos e proposições*. RAE, São Paulo.

Basu, S (1997). *Porquê a relutância das instituições de crédito em financiar a terra nas regiões rurais mais pobres*. Vol. 5, disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X96001039>. Acedido em Janeiro de 2021.

Bose, P (2013). *Formal e informal sector de interação em mercados de crédito rural. Diferentes estratégias nos mercados*.

Branco C. N. C. (2015). *Desafio da sustentabilidade do crescimento económico para Moçambique*. Maputo.

Branco, C. N. C (2010). *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. Maputo, IESE.

Búrigo, F.L. (2006). *Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Florianópolis.

Cazella, A (2006). *Contribuições metodológicas da sócio-antropologia ao desenvolvimento territorial sustentável*. Florianópolis, Eisforia,

Gil, A. C (1991). *Métodos e técnicas de Pesquisa social*. São Paulo, Atlas.

Hoxha, I. (2013). *A estrutura do mercado do banco dependente dos sectores manufactureiros*. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2017). *Censo Geral da População e Habitação*. Ministério de Administração Estatal, Maputo.

Junqueira, A R. G. P. (2003). *Finanças solidárias e agricultura familiar: o sistema Cresol de cooperativas de crédito rural*. São Paulo.

Lakatos, M.A. e Marconi, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa: planejamento, execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5ª ed. São Paulo, Atlas.

Magalhães, R. (2003). *A importância das instituições e das redes sociais no desempenho dos mercados financeiros*. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas. Anais... Brasília: Sober.

Malene, S. T. J. P (2014). *A expansão da banca para as zonas rurais e seu impacto na economia moçambicana*. Dissertação de Mestrado, ISCTE Business School, Departamento de Marketing.

Moçambique, Constituição da República de (2004). Boletim da República, Maputo. Primeira Série.

Moçambique, G. de (2015). Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável. MITADER, Maputo.

Mazarim, R. M. (2010). Economia sustentável. Vila Nova Santana. São Paulo.

Nascimento, F. P (2016). Classificação da pesquisa: Natureza, método ou abordagem metodológica, objectivos e procedimentos. Brasília, Thesaurus.

Ogawa, Kazuo; Suzuki, Kazuyuki (2000). A procura de banco para empréstimo e investimentos. O Painel de estudos japoneses. Vol. 14, disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0889158300904428>. Acedido em Janeiro de 2021.

Osborne, T (2006). *Crédito e risco nas economias rurais em desenvolvimento*. São Paulo.

Organizações das Nações Unidas (2020). Disponível em <http://Www.indexmundi.com> Acedido em Março de 2021.

Pereira, A.S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J. e Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da Pesquisa Científica*. 1ª ed., Santa Maria, UFSC.

Pereira, L. C. B (2008). *O processo histórico do desenvolvimento económico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Philips, M (1982). O Bano empresta dinheiro? *Jornal de Negócios Éticos*. São Paulo.

Rauen, F. J (1999). *Introdução ao projecto de pesquisa científica*. Rio do Sul, SC, Nova Era.

Rosen, R (2007). *As condições do mercado bancário e as taxas de depósitos*. Rio de Janeiro.

Sgarbi, A. (2019). Como construir uma hipótese de trabalho e apresentar bem a sua pesquisa. São Paulo.

Sen, A (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhias de Letras.

Yin, R. K (2005). *Estudo de caso. Planejamento e métodos*. 3ª ed., Porto Alegre, Bookman.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações ambientais 18, 31, 32

Agricultura 20, 61, 89, 90, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 108, 111, 161, 183, 277, 278, 280, 281, 282, 285, 289, 298, 304, 308, 319, 320, 328, 348

Agroecologia 175, 278, 280, 281, 282, 297, 298, 299, 338

Água 21, 24, 27, 30, 33, 38, 41, 46, 47, 57, 97, 98, 114, 130, 131, 140, 146, 152, 158, 159, 161, 170, 183, 185, 186, 191, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 211, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 227, 228, 230, 238, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 256, 257, 287, 330, 331, 332, 333, 335, 343, 344

Águas pluviais 190, 206, 209, 210, 215, 219, 220

Anfíbios 265, 267

Aproveitamento 40, 46, 218, 219, 220, 222, 227, 228

Armazém verde 37, 38, 39, 42, 45

B

Bicicleta 113, 114, 115, 116, 117, 119, 122, 125, 126, 127, 128

Bosque tropical 300

C

Captação 41, 46, 177, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 226, 227

Carport 142, 143, 144, 147, 148

Chuva 41, 46, 146, 213, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 227, 228, 248, 250, 251, 257

Cidades 35, 39, 77, 114, 115, 117, 143, 149, 150, 152, 153, 154, 160, 186, 195, 207, 216, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 255, 280

Competências ambientais 52, 54, 55, 56, 57, 58, 65, 66

Comunidades urbanas 206, 211

Conservação 9, 10, 11, 12, 13, 19, 22, 23, 24, 34, 58, 74, 77, 153, 156, 177, 185, 187, 194, 205, 229, 230, 235, 239, 242, 243, 255, 263, 265, 267, 270, 278, 281, 283, 297

Conservación 300, 301, 302, 305, 306, 307, 308

Controle biológico 310, 311, 313, 315, 316, 320, 324, 325, 327

D

Dano ambiental 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 56, 59

Degradação 2, 3, 4, 8, 9, 10, 14, 19, 20, 27, 69, 76, 77, 78, 80, 114, 153, 155, 186, 191, 198, 230, 231, 245, 254, 255

Dengue 27, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263

Desastres 2, 36, 206, 212, 215, 216, 217, 230, 262

Desenvolvimento 7, 8, 16, 20, 21, 23, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 42, 56, 69, 70, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 127, 130, 140, 141, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 165, 166, 167, 170, 173, 175, 177, 186, 209, 210, 216, 217, 229, 246, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 269, 270, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 287, 297, 298, 299, 314, 315, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 326, 328, 334, 336, 341, 347

Desenvolvimento económico 84, 86, 87, 89, 92, 94, 98, 99, 106, 107, 108, 109, 110, 112

Desenvolvimento sustentável 21, 23, 29, 35, 36, 56, 69, 70, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 96, 98, 99, 111, 112, 116, 127, 130, 140, 149, 150, 151, 152, 217, 252, 253, 254, 255, 260, 261, 263, 278, 297

Desigualdade social 153

Direito ambiental 6, 7, 16, 17, 35, 52, 55, 67, 68, 82

E

Educação ambiental 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 63, 155, 157, 159, 160, 162, 163, 184, 185, 186, 187, 194, 195, 196, 229, 230, 231, 232, 237, 240, 241, 242, 261, 263, 278, 280, 282, 291, 292, 295, 350

Eficiência energética 129, 138, 140, 141, 152

Elementos-traço 341, 342, 345, 346

Energia solar fotovoltaica 142, 143, 144, 148

F

Federalismo 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 65

Formação docente 155

G

Gestão hospitalar 129

H

Heterogeneidade ambiental 265

I

ICMS ecológico 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 31, 32, 34, 35, 36

Indicadores ambientais 37, 39, 40, 41, 43, 45, 47

L

Livre iniciativa 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 82

M

Meio ambiente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 114, 115, 116, 130, 131, 140, 154, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 184, 187, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 207, 209, 229, 230, 231, 241, 242, 251, 252, 254, 255, 256, 260, 262, 288, 319, 320, 329, 336

Micotoxinas 328, 334

Monitoramento 37, 42, 48, 124, 243, 246, 247, 248, 250, 251, 260

Municipalismo 52

O

Orgânico 177, 198, 270, 287, 291, 328, 330, 335, 336, 337, 340, 342, 343, 344, 345

P

Parasitismo 310, 313, 315, 316, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325

Pavimento permeável 197, 198, 199

Planejamento 29, 30, 34, 35, 72, 74, 111, 112, 118, 131, 149, 150, 152, 153, 154, 164, 165, 166, 167, 169, 173, 175, 176, 183, 195, 207, 210, 213, 216, 269, 283

Política 5, 19, 21, 24, 28, 29, 31, 34, 35, 54, 63, 66, 78, 81, 82, 85, 88, 99, 100, 104, 105, 110, 116, 162, 209, 230, 231, 278, 280, 299, 301

Poluição 7, 8, 9, 12, 20, 21, 24, 29, 30, 57, 58, 62, 114, 115, 120, 123, 124, 126, 153, 162, 184, 185, 191, 194, 211, 229, 230, 231, 342

Precipitação pluviométrica 176, 269

Problemas ambientais 29, 52, 59, 113, 114, 143, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 229, 230, 231

Q

Química verde 165, 170, 171, 173

R

Recuperação 9, 10, 21, 24, 29, 33, 76, 78, 185, 186, 197, 199, 202, 203, 204, 205, 208, 210, 213, 281, 283, 289, 290, 291, 293, 298, 334

Responsabilidade civil 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 16, 17

S

Semiárido 175, 176, 177, 183, 268, 269, 270, 273, 276, 277

Solo 24, 28, 33, 58, 114, 152, 153, 161, 191, 195, 211, 215, 230, 245, 246, 251, 253, 256, 289, 290, 293, 298, 328, 330, 331, 333, 335, 338, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349

Sustentabilidade 4, 34, 35, 42, 43, 47, 48, 50, 75, 77, 82, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 129, 131, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 170, 195, 208, 255, 262, 263, 278, 281, 283, 285, 292, 299

T

Tendências tecnológicas 164, 166

Terra indígena 155, 157, 158, 159, 161, 163, 282





Turbidez 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251

Sustentabilidade e meio ambiente: Rumos e estratégias para o futuro

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021

Sustentabilidade e meio ambiente: Rumos e estratégias para o futuro

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora
Ano 2021